

Pauta: Padronização, orientações e procedimentos acerca da aplicação da lei municipal nº 13.151/2022, no que tange ao comércio de reciclagem de metais

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h20min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Boa tarde a todos aqui presentes, esta comissão será conduzida por mim na presidência e composta pelos vereadores Alvoni Medina, Prof. Alex Fraga, Pedro Ruas, temos quórum, também o Ver. Cassiá Carpes, que está chegando. O proponente, hoje, desta reunião é o Ver. Alexandre Bobadra. Esta comissão, desde o início, está tendo um papel fundamental nesta Casa ao que se refere aos direitos humanos. Nós estamos conseguindo trazer temas importantes para a cidade, temas que envolvem diretamente as comunidades, temas que envolvem o direito do cidadão, direito consumidor, direito do idoso. E não seria diferente hoje nós estarmos recebendo vocês, essa classe que tem um significado muito importante não só para cidade de Porto Alegre, mas também para todo o Brasil. Ficamos muito felizes em estarmos aqui recebendo vocês, sejam bem recebidos. Nós estamos aqui não para garantir os nossos direitos, nós estamos aqui para garantir os direitos de cada um de vocês que estão aqui, através desta comissão hoje. Temos a prática aqui de passar os trabalhos da presidência ao vereador que apresenta a pauta, mas como é um tema que mexe com todos os vereadores aqui presentes, então, nós estaremos, a todo momento, qualificando e conversando juntamente com vocês. Vamos passar a palavra, então, para o Ver. Alexandre Bobadra, que é o proponente deste tema.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Conselheiro Marcelo, Ver.^a Cláudia Araújo que está aqui conosco também, Ver. Alvoni Medina, Ver. Prof. Alex Fraga, e o nosso querido Ver. Alexandre Bobadra, que é o proponente da nossa reunião de hoje. Eu só quero registara a importância do que, a partir de agora, nós vamos definir. Então, essa situação, essa circunstância toda que está, de certa forma, em algum nível, ao nosso alcance, no mínimo, como revelação do problema, vai nos fazer, como sempre a CEDECONDH tem feito, atuar muito,

intensamente na solução de algo que não interessa apenas às pessoas aqui presentes, mas, sim, a toda cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Também me sinto muito confortável, estava falando agora com nosso amigo aqui, que eu tenho familiares também que vivem da reciclagem, que sustentam seus filhos, suas famílias também na reciclagem. Então, eu conheço e sei da importância que vocês têm para nossa sociedade. Passo a palavra ao Ver. Alexandre Bobadra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Boa tarde a todos. Quero dar os meus cumprimentos à Mesa, hoje a Ver.^a Cláudia Araújo está conosco, que também é uma grande lutadora dessa pauta da reciclagem. Está presente aqui a Brigada Militar, a Guarda Municipal, o gabinete do prefeito, a Secretaria de Segurança, a Polícia Civil, pessoal das cooperativas, das associações de reciclagem, os vereadores da Mesa – Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Pedro Ruas, Ver. Alvoní Medina e Ver. Conselheiro Marcelo.

Bom, vamos direto ao ponto então. Nós sabemos que a cidade está passando por transformações. Houve uma lei nova que trata sobre questão da reciclagem, mas como tudo é novidade, às vezes, precisa fazer alguns ajustes. A ideia da lei é muito boa, mas nós temos algumas reclamações do setor de reciclagem, que gera aí milhares de empregos na nossa cidade.

Está presente também o nosso secretário adjunto de Segurança, o major Gelson Luiz Guarda, por favor, componha a mesa aqui, a sua fala será importante aqui. Então, essa é uma pauta importante, o pessoal da reciclagem gera milhares de empregos, são centenas de famílias que trabalham nessa área importante. E está acontecendo aqui a teoria do etiquetamento, claro que há pessoas más, mas os bons estão pagando pelos maus. Então nós queremos entender o que está acontecendo, nós queremos uma padronização de procedimentos. Qual é a função do vereador? Não é só apresentar projeto de lei, é fiscalizar os órgãos do Município, é ser a voz do povo aqui, da Câmara Municipal. Então, a gente

chamou o poder público, chamou aqui os empresários, os trabalhadores, vamos ouvir a todos para que possamos chegar em uma conclusão, em uma solução que possa agradar a toda a cidade, indo ao encontro do interesse público primário e secundário e 1,5 milhão de pessoas que moram na nossa cidade. Então, para iniciar os trabalhos, vou fazer um convite aqui, quero deixar claro para vocês que toda reunião é gravada, através das nossas notas taquigráficas, então quem for falar no microfone diga o seu nome, qual é a sua função, se é do poder público, se é de iniciativa privada, de alguma empresa. Quero deixar claro também que, embora cada vereador seja de um partido político, nós, aqui, através desta comissão, tradicionalmente, procuramos trabalhar em prol da cidade. Eu já fui presidente no primeiro ano, depois, foi o Ver. Cassiá Carpes e, agora é o Ver. Conselheiro Marcelo, enfim, nós não temos vaidade aqui, nós pensamos na cidade. Vou passar, primeiramente, a palavra aqui aos interessados que nos procuraram em nosso gabinete, são as associações, as cooperativas de reciclagem que, inclusive, preparam o material para fazer uma apresentação aqui de PowerPoint para os membros da comissão. Pode começar.

SR. ANDRÉ ROLIM: Boa tarde senhores, comissão, recicladores, todo o pessoal que trabalha com reciclagem que estão aqui presentes, agradeço a presença de todos. Meu nome é André Rolim, sou diretor-presidente da empresa KSP Metais, uma das maiores empresas de reciclagem aqui do Rio Grande do Sul, fundador também da Associação e Cooperativa dos Trabalhadores da Reciclagem do Rio Grande do Sul, e a gente tem, inicialmente, que ter um pouco de conhecimento sobre o que a gente faz em relação à reciclagem. Nós trouxemos uma apresentação para vocês aqui, para o pessoal entender melhor como é que funciona a reciclagem. O Ver. Bobadra falou que são milhares e milhares de trabalhadores, ele tem toda razão quando fala disso. Teríamos um vídeo para apresentar aqui, porém, por problemas técnicos, acabou que o vídeo não tem áudio, mas tem uma apresentação em PowerPoint, que vocês podem ver no telão aí.

(Procede-se à apresentação.)

SR. ANDRÉ ROLIM: Para vocês entenderem, então, o importante papel que o sucateiro aparista tem dentro da reciclagem. Hoje, sabidamente a Prefeitura de Porto Alegre está com problemas de recolhimento do lixo. O que é que vai para o lixo? Tudo isso aí: papel, plástico, sucata ferrosa, não ferrosa. E os recicladores têm um papel importante, porque nós temos uma cadeia, que começa desde o catador lá, até o cara que vende pra portinha, uma portinha pequena, que vende para o cara médio e o médio vende para o atacadista. Então é uma cadeia de reciclagem que vai acontecendo.

Aqui são os números de hoje da reciclagem. Nós temos, dentro do Rio Grande do Sul, mais de 42 mil recicladores, pessoas que são recicladoras e que trabalham com sucata. Isso é somente dentro do Rio Grande do Sul. No segundo ponto vocês vão ver que são 512 mil toneladas de resíduos movimentados no ano. Não é pouca coisa. Esse negócio funciona nacionalmente e internacionalmente, ou seja, trabalhamos com exportação e importação de resíduos. Na economia isso é fundamental, porque gera emprego, gera renda e o principal disso tudo é que a natureza, o meio ambiente não é agredido; ou seja, a gente ajuda a natureza a ter um desempenho melhor.

Para vocês terem uma ideia, só a nossa empresa está há mais de 20 anos no mercado de reciclagem de sucata. Na minha empresa, temos mais de 120 colaboradores, cada um com quatro, cinco filhos. Nós geramos, hoje, mais de duas mil toneladas/mês de resíduo. E esse resíduo volta a ser matéria-prima, volta a ser produto acabado. Possuímos mais de cinco mil fornecedores, estreitando laços entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Ou seja, a gente movimenta uma cadeia de todo o Sul do País.

O nosso investimento anual, hoje, é em média de dois a três milhões. Isso gera renda para terceiros também. Estamos falando de números de uma empresa; se vamos pegar todas as empresas do Rio Grande do Sul, isso é muito maior.

Sobre as associações, nós criamos neste ano a nossa Associação Gaúcha dos Recicladores, contando com milhares e milhares de recicladores gaúchos.

Coloquei duas associações e um sindicato que é de São Paulo, eles criaram uma Frente Parlamentar da Reciclagem lá no Congresso Nacional. Esses parceiros nossos são conhecidos já de muito tempo. Eu trouxe o exemplo de São Paulo, que já está muitos anos-luz à nossa frente, o pessoal já está fazendo, já estão se movimentando. O Rio Grande do Sul também deve fazer a mesma coisa. Devemos, sim, ir junto com eles. E eles são parceiros que estão dispostos a abraçar a nossa causa também.

Como eu comentei para vocês, essa é a criação da nova Associação dos Aparistas e Sucateiros, todos os presentes daqui fazem parte dessa associação.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só um momentinho. Vou pedir que o pessoal que está aí fora, por favor, vocês podem entrar, tem lugar aqui atrás das nossas cadeiras. Por favor, a casa é de vocês, tem espaço aqui. Fiquem à vontade.

SR. ANDRÉ ROLIM: Essa parte aí é a parte do vídeo que não saiu.

A gente colocou uma foto aí que são fios e cabos das operadoras do Estado. Solicitamos também que elas participem da próxima reunião, tanto elas quanto o Judiciário, quanto o Ministério Público também, para ter um acompanhamento. O que é que a gente vem mostrar nessa foto aí? Duas coisas, a primeira é que a operadora não está preocupada com o que ela vai fazer com o descarte dela, ela tá deixando no meio ambiente. É obrigação dela recolher esse material e não está sendo recolhido da forma correta. O segundo ponto: se o catador vê no chão, não tem dono. Um produto que é descartado fora da sua casa, da sua residência não tem dono. E o catador se provê desse descarte. Acaba, muitas vezes, aparecendo no sucateiro pequeno, sem nem ele ter o conhecimento. Então, a gente tem que cobrar, sim, da operadora fazer a parte dela, de uma forma correta.

Segundo ponto: sabidamente essa tecnologia que as operadoras de internet estão usando está ultrapassada. É por isso que esses cabos estão sendo recolhidos de forma correta e às vezes de forma incorreta, mas esses produtos

também estão no mercado para serem vendidos. Ou seja, qualquer pessoa tem acesso. Esses são os valores do livre mercado. Então você pode ir em qualquer lugar e comprar esse produto.

Outro ponto é que hoje se sabe que a energia ficou muito cara, e todo mundo está colocando energia solar na sua casa. Esses painéis – todos eles – usam os mesmos tipos de cabeamento que as operadoras usam, e as pessoas são obrigadas a comprar isso no mercado, não tem como fazer uma obra hoje sem comprar um produto para manter uma empresa, para manter uma energia solar. Você vai ter que acabar comprando. E 30% disso que você compra é descarte. O pessoal acaba vindo para a reciclagem. Então, esse produto vai aparecer. A gente tem que saber e padronizar, saber quem realmente é o dono e pegar a origem disso. É isso que a gente está querendo; que o órgão público fale para nós, para o reciclador: “Olha, tem que ter feito dessa forma, dessa maneira.” Todos nós aqui somos trabalhadores, a gente levanta cedo, o pessoal aqui é pai de família, o pessoal tem família, tem filho, tem mãe. E todos nós já trabalhamos há mais de 20 anos nisso. Há casos em que estamos na segunda, terceira geração de sucateiros aqui. Nada mais justo que a gente, agora, possa centralizar essas pessoas e dar um norte para eles, não é?

Como funciona, então, o comércio desses produtos. Ele é feito através de pessoas físicas e jurídicas, ou seja, você pega o catador lá, que você colocou um plástico, um papel ou uma latinha na rua, ele não tem nota fiscal desse produto e não vai ter como ter uma nota fiscal, não existe. Por isso que a gente tem que entender essas cadeias, você vai ter o catador, você vai ter que pagar o cara, e o cara sobrevive daquilo. Então, a gente consegue, depois de um certo processo, quando chega na parte do atacadista, transformar na parte fiscal, que é a parte legal, com notas fiscais de entrada, notas fiscais de empresas jurídicas, através de leilões também. O próprio órgão público vende esses produtos em leilões, a gente tem nota fiscal inclusive de um leilão da Eletrosul, em que nós compramos 400 toneladas de cabo. Outra coisa que acontece em relação à parte fiscal, nós não temos uma padronização fiscal de que forma tem que ser o documento. Por exemplo, quando a gente compra um fogão, você vai comprar

um fogão de uma loja, ele está especificado: fogão Brastemp, quatro bocas, sai toda a especificação técnica. Quando ele é transformado em sucata, ele é sucata, ele não tem mais essa especificação, nós não temos mais o controle de saber qual é o padrão do fogão. Isso a gente quer também, que o órgão público fale para nós como é que vocês querem que seja feito isso; em momento nenhum a gente se recusa a fazer, a gente só quer trabalhar tranquilo, ser tratado como trabalhador, como cidadão, como está lá na Constituição federal, todos nós somos cidadãos e temos direito de ser bem tratados, principalmente pelas autoridades.

Bom, só para concluir a minha parte, depois eu vou passar para o advogado da associação, o Dr. Jailson, que ele vai fazer as reivindicações para nós.

Ontem foi o Dia Mundial do Meio Ambiente, exatamente ontem, e esta é a Semana do Meio Ambiente, é a semana em que socialmente... E a gente tem que entender que é muito importante a gente reciclar os produtos que não servem mais para nós, para ter um planeta melhor, para os nossos filhos, para a nossa família, para as pessoas que realmente vão cuidar desta cidade, deste planeta. Então, é muito importante a gente ter esse pensamento, pessoal.

Eu passo a palavra agora para o Dr. Jailson, advogado da nossa associação. (Palmas.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Boa tarde, pessoal, eu sou advogado da associação e quero, de maneira objetiva, fazer algumas reivindicações para os atores da fiscalização. De antemão, agradeço à Comissão, na presença do presidente Conselheiro Marcelo, e aos demais pela oportunidade de abrir esse debate. Acredito que seja de grande valia para a comunidade gaúcha, não só porto-alegrense, porque tem pessoas aqui da Região Metropolitana, e este debate é fundamental para o meio ambiente. A importância deste debate é justamente pelo viés que o Estado dá para tratar este assunto, é um assunto de meio ambiente, que o Estado está tratando como um assunto de segurança pública. É um assunto muito sério de meio ambiente, que o Estado trata como segurança pública. Como o André falou, ontem foi o Dia Mundial do Meio

Ambiente, e a ministra do meio ambiente, Marina Silva, fez um pronunciamento em rede nacional; até faria leitura, mas vou pular, com relação ao pronunciamento dela. Dentre as diversas falas dela, a mais importante, que eu entendo, é uma atuação transversal do poder público, uma atuação transversal do Estado, e eu, sinceramente, não vejo isso. Diariamente eu tenho atuado nessa área fazendo as defesas dessa categoria, e o Estado não tem atuado de maneira transversal, eu digo mais: o Estado não tem conversado. O Estado não tem conversado, e há diversos problemas em razão dessa falta de conversa do Estado. De pronto eu pergunto para V. Exas. e para todos os atores envolvidos na fiscalização: qual é a categoria profissional que é marginalizada que vai para dentro do poder público dar a cara a tapa? Se eles fossem marginais, eles não estariam aqui. São todos trabalhadores e estão demandando o poder público para conseguir uma regulamentação e uma padronização na atuação profissional deles, porque isso está impactando diretamente... todos eles aqui já sentiram vergonha quando ligaram a televisão na RBS Notícias, e viram uma reportagem falando da receptação de material e marginalizando a atividade deles. Todos sentiram vergonha, todos já foram indagados por familiares, inclusive eu, que sou advogado deles, me disseram: "Oh, os teus clientes de novo! Eles continuam roubando cabos. Eles continuam derrubando a internet!" E ninguém fala da atuação profissional legal que eles fazem. Todos que estão aqui não possuem interesse algum no furto de cabos ou qualquer ilegalidade. Isso impacta diretamente na atuação profissional deles, isso prejudica a atuação profissional deles. Em quantos estamos aqui hoje? Eles fecharam os depósitos, deixaram de trabalhar, estão aqui reivindicando justamente isso, porque está impactando diretamente na atuação profissional deles. Passado isso, vou tentar ser mais objetivo, eu vou apontar algumas situações que acontecem relatadas por eles, ou vivenciadas por mim no âmbito da minha atuação profissional. Vou relatar situações que aconteceram realmente, não vou citar que empresa foi, nem em que momento, mas vou citar situações que causam desconforto e que a categoria deseja que o poder público corrija se entender errado, padronize e determine como é que tem que ser a atuação do particular, porque o poder

público não tem dito o que pode, o que não pode e como pode. E é essa demanda hoje aqui. Por diversas vezes, em ações de fiscalização, não foram aceitas notas fiscais pelos agentes fiscalizadores. A empresa está com determinado material que o agente público fiscaliza e diz que o material é suspeito, que pode haver alguma irregularidade, alguma ilicitude, é apresentada uma nota fiscal que não é aceita pelos agentes públicos fiscalizadores. Quando eu falo agentes públicos, eu falo agentes públicos de uma maneira geral, seja pela Brigada Militar, seja pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, seja pela Polícia Civil. Os agentes, os atores da fiscalização, por muitas vezes, não aceitam a nota fiscal em razão de uma dúvida. Qual é a dúvida que paira via de regra? Sobre que material é aquele que está na nota fiscal, por quê? E aí é uma questão de conversa dos órgãos públicos. Por exemplo, na nota fiscal consta “sucata de alumínio”, e o servidor da operadora de energia elétrica, ou de telefonia, diz que aquilo é cabo de alta tensão. Façamos uma analogia aqui, quando nós vamos no Magazine Luiza comprar um produto, lá é fogão; para essas pessoas aqui, é sucata de alumínio; e, na nota fiscal, por uma questão fiscal, desculpa a redundância, não vai constar ali o fogão, vai constar sucata de alumínio, assim como vai constar sucata de cobre. E por que não constam outros detalhes? Por exemplo, do alumínio tem diversas possibilidades que aquela nota fiscal pode ser, sucata de alumínio pode ser latinha, pode ser perfil de janelas, pode ser box, podem ser rodas; assim como o cobre pode ser misto ou vermelho, pode ter moído, pode ser bobinagem, pode ser queimado, e não tem como, na nota fiscal, constar o que, para o cidadão comum, é uma coisa, e, no ramo da sucata, é outra, porque o ramo de atividade deles é esse. Então, eu gostaria que minimamente os órgãos públicos conversassem para definir: Olha, vão na Secretaria da Fazenda e definam o que tem que constar nota fiscal. Mas, na dúvida, e aí vamos falar de princípios jurídicos, é *in dubio pro reo*, e não tem acontecido assim, porque, quando chega a operação na empresa dessas pessoas, elas já estão condenadas. Hoje está assim, e é em busca disso que nós queremos mudar. Um questionamento meu, e aí bem jurídico, quando não há aceitação das notas fiscais, não há consignação em documento jurídico

nenhum que ela foi apresentada. Olha, foi apresentada, mas não satisfaz a minha curiosidade, eu não fiquei convencido de que esse material lícito. Mas não consta do boletim de ocorrência ou do documento lavrado pela autoridade.

Outro questionamento, e esse questionamento é de muitos. Na semana passada, houve uma assembleia dessa categoria profissional, e diversos conversaram comigo sobre a questão da apreensão dos veículos. E trago para vocês um caso bem específico. Uma carreta com aproximadamente 30 toneladas, 20 e poucas toneladas de latinhas, um material que não tem qualquer dúvida sobre a legalidade dele, e alguns bags de cobre moído. Houve a apreensão da carreta e apreensão de todo aquele material que estava lá. O questionamento dessa categoria profissional é justamente esse: por que da necessidade da apreensão da carreta, se o material que tem em cima é ínfimo perto da totalidade da carga? Por que a dificuldade do órgão público de realizar a perícia no material? Causando um impacto financeiro muito grande, porque o caminhão fica apreendido durante 15 dias, aí tem a questão da utilização desse veículo que fica impossibilitado de trabalhar. Ainda há o questionamento com relação à carga que consta lá, porque o cobre é uma *commodity* e depende muito do dólar. Foi apreendido um material com o dólar em alta e o material foi liberado depois de 15 ou 20 dias, com o dólar em baixa. Há uma depreciação daquele material que não tinha qualquer dúvida sobre a licitude dele. É outra reivindicação dessa categoria.

Ouvi de outro profissional na semana passada, na assembleia, e ele me disse que teve duas toneladas de cobre apreendidas, certa feita, não foi agora, respondeu o processo criminal na integralidade, foi absolvido, ao final solicitou a restituição do material. E aí o material não era exatamente o mesmo material que foi apreendido na ocorrência. Acredito que isso seja em razão da dificuldade de operacionalização da Polícia Civil que apreendeu o material e depois repassou ao Judiciário. Acredito que não tenha um depósito para essa quantidade de material, mas há essa divergência: restituição do material que não é idêntico ou restituição do material a menor.

Aqui vem uma questão que acho ser das mais importantes do nosso pleito hoje: a padronização de procedimento. Via de regra, essa categoria profissional me chama nas fiscalizações, e eu chego na operação para ajuda-los no suporte jurídico, e não estou falando de achismo, eu estou falando de situações que eu vivo diariamente, os órgãos públicos não sabem quem está comandando a operação. Tem uma ordem de serviço da Prefeitura municipal, Secretaria Municipal de Segurança Pública, e tem uma ordem de serviço ativa da Secretaria Estadual de Segurança. Chegam os órgãos, alguns dos profissionais eu já conheço, e aí eu pergunto: Capitão Dall'Agnol, quem está comandando a operação? Comissário Zóttis, quem está comandando? Via de regra, o comissário toma à frente e ele acaba resolvendo alguma coisa, mas os órgãos que está lá, Corpo de Bombeiros, Brigada Militar, Polícia Civil, não se comunicam e eu não consigo saber quem está comandando a operação, se há uma prisão e qual a irregularidade que está acontecendo ali. Então, tem que haver uma padronização. Até em conversas informais muitas coisas que estou falando aqui eu já conversei com o delegado Firmino lá no corredor da delegacia inclusive, nós já conversamos sobre isso, e eu converso com todos os atores da fiscalização, porque isso acontece diariamente. A prioridade seria uma padronização do que vem sendo exigido e, a partir da padronização, orientação. Olha, vocês não podem fazer isso em hipótese nenhuma, se fizer dessa maneira, está *ok*; se fizer assim, está errado. É o mínimo que a gente espera dessa conversa que está sendo iniciada hoje.

Regulamentação dos materiais proibidos. O André mostrou no *slide* dele materiais que estão à venda no atacado, no varejo. Se está à venda, vai parar na mão do reciclador. Se está à venda, abertamente, sem qualquer exigência, ele vai parar de volta na natureza ou na mão do reciclador. Prefiro que pare na mão do reciclador. Esse material está à disposição. O André mostrou cabos ali, e o cobre é idêntico. Certa feita, eu fui a uma empresa e tinha bateria estacionária, e disseram: bateria estacionária não pode vender; não pode estar aqui de jeito nenhum; vamos prender. E eu disse: “*Tchê*, bateria estacionária está à venda”. Tem algum sinal identificador para saber que essa bateria é

oriunda de concessionária de serviço público? Não, não havia naquela bateria. Algumas têm. Naquela bateria estacionária não tinha, tanto que foi consignada, na ocorrência policial, tão somente a referência da bateria. Era bateria Moura, não vou lembrar a referência, tanto que no processo judicial, depois, eu consegui a absolvição, porque a bateria está à venda no Mercado Livre. Só que depois que houve a prisão, depois que houve a divulgação da imagem da empresa, depois que a pessoa passou por todo aquele abalo psicológico de ser presa em flagrante, ser absolvido? Do constrangimento causado, ser absolvido? Sem falar que gastou com advogado, passou por constrangimento à imagem. Depois de tudo que acontece: “Ah, não, foi absolvido. Desculpa aí.” Não, não pode ser dessa maneira.

O André falou e preciso reforçar, o não recolhimento dos cabos e fios pelas operadoras. Esse material está disponível nas vias públicas. Na sexta-feira, o Júnior mandou um WhatsApp para mim, com um vídeo de uma pessoa que disse ter recolhido esse material na rua e perguntou se podia me vender. E eu disse que não, porque isso aqui é oriundo de concessionária de serviço público e vão chamar de cabelinho. Para quem não sabe, o material é o cabelinho, o apelido do material ilícito é o cabelinho. E aí ele disse, é assim que esse material chega para mim a toda hora. Só que essa pessoa não furtou, esse material estava jogado na rua, e todos nós que circulamos pela cidade vemos esse material jogado pela rua, sim.

Acontece, aconteceu, e espero que não aconteça mais, uma coisa nos processos criminais, que é a destruição antecipada ou restituição do material à operadora, antes do transcurso do inquérito ou do processo. Na verdade, eu estou usando o termo errado, não é restituição; é doação, porque, se for comprovado, ao final do inquérito policial, que esse material não era de propriedade da concessionária de serviço público, ele foi doado para a concessionária, e às vezes tem impacto econômico, dependendo da quantidade de material que foi restituído ou repassado para a concessionária, antes do transcurso do inquérito policial e do processo judicial, se for o caso.

Aqui vem um outro ponto que acho de fundamental importância. Existe um ator nesse processo de fiscalizatório, que entendo completamente incapaz e discordo plenamente da atuação dele, que é o funcionário das operadoras e das concessionárias de serviço público. Eles não possuem qualquer qualificação profissional para aferir a ilicitude do material fiscalizado. O funcionário das operadoras e das concessionárias de serviço público, ele vai junto, para explicar para V. Exas. que nunca foram nessa operação, esses atores vão na fiscalização e aparece lá o cara da concessionária de serviço público, só que, estranhamente, ao meu ver, não é o capitão Dall’Agnol, detentor de curso de direito, não é o delegado Firmino, delegado de polícia, bacharel em direito, que diz que o material apreendido... Vamos usar o linguajar chulo, quem manda prender não é o delegado, porque ele chega lá e diz: “Esse copo aqui é ilícito”...

SR. LUIS FIRMINO: Não é assim! Eu fiscalizo, pela Polícia Civil, até porque não é só a Polícia Civil que faz esse tipo de fiscalização, nosso papel não é fiscalizar, o nosso papel é investigar crime. Aliás, eu estou vendo vários rostos conhecidos aqui, que eu já estive no estabelecimento de vocês, e não prendi, mesmo tendo um funcionário de uma empresa dizendo: “Isso aqui é cabo de alta tensão, de média tensão.” Tem esse primeiro rapaz aqui, tem um outro ali, e tem aquele de barba ali. Eu te prendi? (Pausa.) Então, o problema é muito mais complexo, nós conversamos bastante, doutor, eu estou sempre aberto para conversar com vocês. E já lhe expliquei que o objetivo é separar quem quer trabalhar corretamente daquelas pessoas que estão a fim de se locupletar com o crime, que, inclusive, é prejudicial para quem quer trabalhar honestamente, é uma concorrência desleal. Então, os maiores interessados também em combater o criminoso, o cara que furta, que furta fio, que furta bateria, são vocês, são todos.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Conforme eu falei, doutor. É prejudicial para a categoria, doutor.

SR. LUIS FIRMINO: Então, quem manda prender ou soltar, não é funcionário de...

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Então vou corrigir a minha fala, se o senhor me permite. Em primeiro lugar, doutor...

SR. LUIS FIRMINO: Quem autua em flagrante, tem uma única autoridade no País todo que pode autuar alguém em flagrante, e essa pessoa é o delegado de polícia. Se um policial militar, um policial penal, um policial municipal se deparam com a situação, entende que ela é ilícita, é criminosa, ele tem por obrigação encaminhar para uma delegacia de polícia. Tem que apresentar numa delegacia de polícia para dizer se aquilo ali realmente é ou não e se vai autuar em flagrante. Então, da mesma forma em que a gente não pode colocar na mesma vala comum todos os trabalhadores honestos da área de reciclagem, também não se pode colocar numa vala comum todos os profissionais que atuam combatendo e fiscalizando as atividades ilícitas. Para aqueles que não me conhecem, eu sou delegado Firmino, e desde de fevereiro estou responsável pela DRCP.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS FIRMINO: Tem muita gente aqui, é pequeno o espaço mesmo. A DRCP é uma delegacia especializada do DEIC, para combater o crime contra patrimônio de empresas concessionárias públicas. Essa é a função da delegacia que hoje estou à frente. Só que muito mais do que isso, a minha preocupação e o meu interesse, inclusive de estar aqui, que eu nem precisaria estar aqui, o senhor sabe muito bem disso, é a disposição de tentar ajudar de alguma forma para que a gente consiga desestimular o crime de roubo de cabos, de roubo de baterias, porque da mesma forma que tem 30 mil pessoas no Estado, um pouquinho mais, 42 mil pessoas trabalhando com reciclagem, e eu acho isso daí fantástico, porque a preocupação com o meio ambiente é algo real... (Pausa.) Uma única comunidade na cidade de São José do Norte, com 30 mil pessoas,

ficou uma semana sem energia elétrica em razão do furto de cabos de energia, e não eram cabos que estavam soltos ali, esquecidos pela operadora, pela concessionária, eram cabos que estavam transmitindo energia e deixou uma cidade com 30 mil pessoas, uma semana, sem energia elétrica, ou seja, imagina um hospital que tem que funcionar a base de gerador durante uma semana, pode ser que não se sustente. Então o problema é muito grave, sim, é muito complexo, nós não podemos primeiro simplificar a situação, Dr. Jaílson, e nem colocar todo mundo na vala comum, nem os trabalhadores e nem quem está imbuído no interesse de colaborar.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Muito obrigado, delegado; muito obrigado pela sua fala e pela sua presença. O senhor tem razão, na medida em que fala que não dá para simplificar a fala, e eu me vali de uma fala simplória e esqueci a questão jurídica e legal, quem prende é o delegado, realmente. Mas eu discordo completamente da atuação do funcionário da operadora, da concessionária de serviço público, e eu relatei inclusive para o senhor, e trago o relato agora a todos: 15 de março, no interior da empresa KSP Metais, no bairro Lageado, eu estive lá numa fiscalização, o funcionário da CEEE Equatorial me disse que o material era de propriedade deles, o comissário Zottis me informou que cumpriria a lei 13 mil...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Na KSP Metais, no bairro Lageado. Comentei isso com o delegado, a gente conversa bastante lá, eu tenho uma chegada boa, e o funcionário da CEEE Equatorial identificou material como sendo da CEEE Equatorial. A lei municipal determina que encontrando material irregular, deve haver, junto com o encaminhamento para Polícia Civil, do flagrante, a interdição cautelar do estabelecimento. Conversei com o comissário, exatamente nesse momento ele me disse: “Doutor, iremos interditar a empresa em razão desse material encontrado, ilícito”. Conversei com ele, disse que esse material havia

sido comprado de uma empresa que tinha autorização para venda, comprava de uma concessionária de serviço público e podia vender. Apresentei nota fiscal, e esse funcionário, logo em seguida – Antônio Ênio é o nome dele –, disse que não teria capacidade técnica para aferir que o material era ilícito. Ok, naquele primeiro momento foi resolvida a situação. Depois, no dia 27 de abril, houve novamente uma operação, dessa vez o funcionário que acompanhava operação era da RGE, e ele disse que material era de propriedade da RGE, ou seja, de concessionária de serviço público; havendo uma ilicitude, aquele material está ali; houve a prisão em flagrante e teve o desenrolar. Naquele momento não teve intervenção cautelar da empresa porque a ordem serviço era da secretaria estadual de segurança pública, e aí não estava no cumprimento da ordem da lei municipal. Aí que vem a minha crítica porque o funcionário da concessionária vai ao local e diz: “Isso é cabelinho.” Beleza. E aí todos outros atores acabam não tendo a capacidade técnica para dizer, mas, para aquele funcionário dizer isso, não sei qual a formação que ele tem; para eu estar aqui hoje, identificando-me enquanto advogado, sou bacharel em direito e passei na prova da OAB. O senhor é vereador, o senhor é delegado, existe uma titulação que embasa; numa sentença judicial, o juiz não fala assim que o senhor está condenado, simplesmente; ele tem que fundamentar a decisão. E aqueles profissionais lá não estão fundamentando a decisão em absolutamente nada; este é o meu questionamento. Aí eu brincava, falei durante um processo, o comissário Raldi estava na delegacia ainda, eu disse: “*Tché*, o comissário Raldi está há quantos anos na DRCP, ele não pode aferir a ilicitude do material, mas vem o funcionário da concessionária do serviço público e me diz que isso é cabelinho. E o pior, convido Vossas Excelências a percorrer essas empresas porque têm situações que não tem... O cobre é moído, e ele diz que aquilo é oriundo de concessionária de serviço público. Eu fico me perguntando como é que eles conseguem aferir que aquele material é oriundo de concessionária de serviço público? Eu só sei dizer que aquele cobre é oriundo de telefonia, mas de concessionária de serviço público, qual é a origem dele, não consigo até hoje entender como é que eles dizem isto. Então, essa crítica é muito forte; por isso da necessidade de as

concessionárias serem chamadas ao debate. Durante esse período de atuação com essa categoria profissional ainda não houve a solicitação de cadastro de fornecedores; acredito que muitos vão esbarrar nessa questão aí, mas tem que haver uma padronização e o cadastro desses fornecedores para que justamente não nivelem por baixo, para que haja o cara que tem um cadastro, tem um pouco mais organização. Quem não tem ainda, que padronize e se organize, mas tem que haver essa solicitação.

Esse próximo item que vou falar agora aqui, já me encaminhando para o final, é muito direcionado à Brigada Militar, comentei inclusive com o delegado. Acho que tudo que está aqui a gente conversou nos corredores da delegacia. Chamou minha atenção uma operação de fiscalização de material numa das empresas, em que colocaram 60 funcionários em fila indiana, para revistá-los. É uma empresa constituída, com funcionários com carteira assinada, realizando busca pessoal nos funcionários, qual é a necessidade? E aí fico fazendo uma analogia: vamos fazer uma fiscalização num mercado, para olhar se a carne está própria para consumo, nunca vi revistarem todos funcionários, não tem necessidade desse constrangimento, bastante constrangimento, piorou, além de colocar todos funcionários para revista pessoal, eles foram ao estacionamento pegar veículos estacionados, puxar placa e querer fazer busca nos veículos. Qual a finalidade? Se a busca não era do material, não era para encontrar material ilícito, não era uma Operação Metal? Essas questões que... Em razão do etiquetamento, que o Ver. Alexandre Bobadra falou, há uma marginalização da categoria; o policial chega lá, na hora de cumprir a ordem de serviço, acaba passando da medida. Falei antes, mas vou reforçar, o que tem acontecido nas operações – aí é uma questão muito midiática – é que vão à empresa, cumprem a ordem serviço, com apreensão do material; apreenderam no material 80 kg. No *site* Porto Alegre 24 Horas, Lami 24 horas, nessas páginas espetaculosas, o policial que está cumprindo a ordem de serviço, inclusive conversei com um deles na última hora serviço lá, era um Guarda Municipal, que foi ao Lami, na apreensão dos caminhões, ele fotografou os caminhões, e aí mandou para alguém que fazia a postagem, só que divulgaram que apreenderam 20 toneladas

de material ilícito. Nós sabemos, porque não foram 20 toneladas de material ilícito, só que isso vai maculando a imagem da empresa na comunidade, e as pessoas não conseguem trabalhar porque, olha, “encontraram material supostamente ilícito, que nem há confirmação ainda, 20 toneladas; 20 toneladas é muito material. E houve outras operações, circularam fotos de empresas em que não foi encontrado nenhuma irregularidade, não houve nenhuma prisão, só essas imagens acabam sendo divulgadas. Aí eu vou dizer: quem divulga? São os atores da fiscalização. Tem que haver um cuidado porque quem está lá não é o capitão Dall’Agnol, quem está lá é a Brigada Militar, quem está é a Guarda Municipal. Nós não podemos correr esse risco de o servidor estar cometendo essa irregularidade na atuação profissional. Eu vou dar um exemplo que eu acho deveras importante, que é o exemplo que a gente, conversando informalmente, alguns disseram: “*Tché*, a gente quer que aconteça com o ferro velho algo semelhante aos ferros velhos de veículos, tinha uma batida policial, tinha um monte de irregularidade, depois o ente estatal começou a atuar mais fortemente, padronizou, organizou a atuação deles, disse o que podia e o que não podia, e hoje eu não ouço mais que tenha uma operação policial com relação aos desmanches de veículos, vejo eu a coisa está padronizada. Eles trabalham; se tiver alguma questão, será eventualmente, mas não vai ser da maneira como está acontecendo hoje, com o pessoal que trabalha com reciclagem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Porque diminuí a ilicitude, diminuíram os furtos significativamente. Por derradeiro, agradecendo que todos tenham me ouvido, já me encaminhando para o final, quero dizer que é fundamental para entendermos como efetiva e positiva essa nossa reunião hoje, que, em razão dos diversos relatos de abusos, ao nosso ver, desejando uma resposta estatal, a associação gaúcha dos empresários de reciclagem solicita o encaminhamento aos órgãos responsáveis e uma solução, visando à correção dos problemas informados, que a gente não encerre o debate por aqui, que a gente continue construindo isso

que está iniciando hoje. Agradeço aos presentes, espero ter repassado as informações necessárias.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Esse debate é muito importante para que a gente consiga estabelecer uma melhor forma, porque, muitas vezes, a prática é totalmente diferente da teoria que acontece. Então, é importante também os relatos desses atores que estão aqui hoje presentes para que a gente consiga chegar no consenso e fazer os devidos ajustes; claro, sempre na medida do possível da lei; ninguém está aqui para fazer... Nós estamos aqui para defender as pessoas de bem, para que elas continuem trabalhando de forma correta e de forma legal. Felizmente há muitos trabalhadores que acabam pagando pelos maus trabalhadores, e isso tem aumentado muito. E se não for dessa forma que está acontecendo aqui hoje, dessa provocação, desse ajuste, desse caminhar, para que a gente possa dar seguimento nesta linha de interlocução entre os trabalhadores e serviço, para que a gente possa ajustar essa situação. Então, acho importante esta comissão por que a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – direitos humanos é para isso também. O Sr. Ricardo Biesdorf está com a palavra. Na sequência, passaremos para os representantes secretarias, Brigada Militar, Guarda Municipal.

SR. RICARDO BIESDORF: Vou tentar ser breve. Boa tarde a todos, cumprimento os componentes da Mesa, autoridades. Sinto falta aqui das companhias de energia, a Equatorial, a RGE. Eu sou da empresa Cobreal Sul. A gente não é só comerciante de sucata, a gente é fabricante de fios e cabos. Inclusive, há a ideia de sempre tentar desenvolver alguma coisa que possa inibir o furto. A gente sabe que tem as dificuldades. Estamos fazendo trabalho com alguns órgãos para que possam tentar dar garantia de uma menor fragilidade. Eu diria assim: a fragilidade maior hoje são os fios telefônicos, que esses, sim, são realmente fabricados normalmente dentro de qualquer indústria e comercializados normalmente em qualquer estabelecimento. Os cabos de

energia, que nem o doutor falou, a gente tem fácil reconhecimento do que são. Ou são multiplexados, ou é cabo protegido, que aí, sim, é cabo de alta... O que tu comentaste ali na foto era cabo de média tensão. E os cobres, hoje, são muito pouco usados, estão sendo usados no litoral e estão sendo substituídos por alumínio, visto que o alumínio permanece mais tempo na rede do que o cobre, não pela durabilidade do metal, mas sim pelo furto. E eu acho que aqui nenhum de nós pode negar que o furto existe, o furto é claro. E todos nós queremos ter uma empresa que não vá se incomodar, todos nós queremos dormir de noite tranquilos, acordar no outro dia de manhã sabendo que não cometemos nenhum crime. Quando o doutor e o André falaram algumas coisas, como sobre a difícil identificação, eu tenho certeza que dos 42 mil recicladores dentro do Estado, 41,99 mil têm conhecimento exato de onde vem o material. É difícil a gente não saber o que é um cabelinho. Tu podes confundir com ele moído, mas tem como identificar um moído, porque o fio do cabelinho tem um diâmetro; já os fios elétricos, mesmo moídos, não têm o mesmo diâmetro. O que eu quero fazer é dar segurança para todos nós. E não adianta a gente estar querendo se proteger com a nota fiscal de origem sendo que o material está na nossa frente, está na frente do cara que vai dizer se é cabelinho, se a energia é furtada; a nota não dá segurança. O que tem que dar segurança para nós é o nosso procedimento. Enquanto nós não tivermos o procedimento de não comprar aquilo que está deixado no chão, esquecido... Tem vários carros esquecidos na rua, e não roubam. Agora, vão ter que roubar o cabo telefônico que está esquecido na rua, que está jogado? Realmente, é uma falta de zelo com a nossa cidade, é uma falta de responsabilidade das companhias, e esse é o problema de eles não estarem aqui para ouvirem o que eles têm que ouvir. Eles estão se furtando ao debate visto que eles não têm responsabilidade. Às vezes, eles têm lucro quando roubam o material deles – talvez poucos saibam disso –, eles têm lucro quando roubam o material deles. Então eles não estão preocupados com isso, eles querem um BO mesmo. Eu não quero tirar o trabalho do delegado, das autoridades, muito menos das pessoas que estão trabalhando para que não roubem. Todos nós sabemos a origem desse material, então nós temos que

buscar as fontes corretas e a origem correta. Volto a dizer: nessa situação, mesmo privilegiada de ter alguma situação de dizer “esse material é meu”, é a EPTC, ou, nos municípios, os telefônicos... As de energia elétrica, em segundo plano. A CEEE Equatorial e a RGE, então são duas companhias. O que está errado é, numa cidade do interior, que não é a região dela, está indo a CEEE e dizendo que o material é dela e vice-versa com a RGE vindo aqui em Porto Alegre dizendo que o material é dela. Já está errado por aí. Então vamos colocar as coisas no devido lugar. Tudo bem, não sabe se o material veio do Alegrete, de Quaraí, de Passo Fundo.

Outra coisa: esta discussão aqui não pode ser feita em nível municipal, temos que levar a discussão em nível estadual, porque não adianta Porto Alegre fazer uma coisa e Canoas ter uma atuação diferente; Esteio, diferente. Não pode. Se são 42 mil agentes que trabalham com sucata dentro do Estado, nós temos que englobar o Estado, não podemos deixar nada fora disso.

Outra coisa em que temos que pensar: Semana do Meio Ambiente. Tem coisa mais contaminante do que queimar um fio de cobre? Vocês sabem a quantidade de óxidos, de monóxidos e de chumbo que está se jogando na atmosfera? Então não se pode comemorar o Dia do Meio Ambiente quando se tem um quilo de cobre queimado. Isto é uma coisa que tem que acabar: cobre queimado. Em primeiro lugar, pelo menos vai dar a chance para as autoridades competentes poderem dizer: o material do lote tal tem que estar gravado com a companhia que comprou. Aí, nós vamos tentar acabar.

Outra coisa, notas fiscais: têm que ser proibida a venda das companhias de energia, das cooperativas, elas não podem vender material; estão subsidiando, estão fomentando os pequenos furtos. Isso não pode acontecer. Eu quero dizer para vocês, todos nós somos recicladores aqui, não quero tirar emprego de ninguém, todo mundo tem que ter o seu ganha-pão, mas a gente tem que ter a honestidade de poder olhar para os nossos filhos e dizer que nós vamos entregar um Estado melhor, pelo menos não querendo levar vantagem. A lei da vantagem não leva a lugar nenhum. Isso está atrapalhando as nossas empresas; nós estamos gastando com advogado, com imagem da empresa, como o doutor

falou. Eu tive uma visita, uma inspeção dentro da empresa, e usaram toda a minha empresa, a fabricação da empresa como se eu tivesse alguma coisa. A gente evita, entenderam? Talvez possa passar alguma coisa, isso ou aquilo, mas a gente evita. Eu acho que a pessoa que compra 10 quilos, com 5 quilos de material de origem duvidosa, tem problema; a empresa que compra 100 toneladas, com 5 quilos de material de origem duvidosa... É muito material passando. A gente tem que se proteger.

O André falou do cabo fotovoltaico. André, esse cabo é específico, tem uma especificação única, não tem nenhum cabo parecido com ele no mercado, ele é um cabo estanhado, com formação de fio diferente; então ele não é igual aos outros. Eu não quero te criticar, dizer que é falta de conhecimento, às vezes, daquilo que a gente está falando. Assim como é falta de conhecimento de quem vai na tua empresa dizer que o material é o que não é, entendeu? Eu posso te defender, devo te defender, como reciclador, com material honesto, mas também não posso passar por cima quando a gente sabe que material é, entendeu? Então a gente tem que ter todo cuidado com isso. A gente quer ter um negócio lícito, um negócio com o qual a gente possa dormir tranquilo, sem estar gastando com advogado. Desculpa, doutor. Quanto melhor for a nossa posição em relação à compra e à tranquilidade dessa compra, mais nós vamos ficar tranquilos. A gente sabe que tem muito furto; muitos de nós sabemos quem compra, quem não compra. Volto a dizer: o mercado fala. O volume de sucata, de fios e cabos telefônicos que estão sendo processados, mesmo os que estão à deriva na rede, mesmo os que estão lá pendurados, é muito grande, pessoal, e a gente tem que ter cuidado. Obrigado. Eu quis tentar ajudar, sob hipótese nenhuma tentar atrapalhar.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Falou bem. Só por uma questão de logística, o delegado está com horário para cumprir. Delegado, o senhor pode fazer as suas conclusões.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Passo a palavra ao Sr. Hilário de Conto Júnior. Onde o senhor trabalha?

SR. HILÁRIO DE CONTO JÚNIOR: De Conto Comércio de Metais. Eu tive, três meses atrás, uma operação na minha empresa, com todos os órgãos de fiscalização, com o subsecretário Zottis, eu não estava presente na minha empresa, estava numa clínica com meu filho que é deficiente mental, cheguei na empresa às 11 horas da manhã, com o final da operação, fui apresentar nota fiscal para o delegado Luciano, ele disse: “Agora não adianta, mas amanhã o senhor vai na delegacia que isso aí não é flagrante”. Fiquei com a empresa interditada até quinta-feira passada, só que por um erro da própria Prefeitura de Porto Alegre, que é um órgão que fiscaliza e que faz as interdições, eles me notificaram e não me interditaram documentalmente, mas a minha empresa foi interditada no momento da operação. Eu fiquei 28 dias com a minha empresa interditada sem estar interditada, tive um prejuízo absurdo de mais de R\$ 350 mil, devo para três ou quatro pessoas que estão presentes aqui na sala pelo erro absurdo da empresa de energia, que é a CEEE Equatorial, que identificou um cabo com seis quilos dentro da minha empresa, que foi comprado para a instalação de duas máquinas novas compradas na Prensmaq, e o cabo está lá pendurado hoje na janela do meu escritório, com a nota fiscal junto ainda, para quem sabe o próximo órgão de segurança que for lá e ver a nota, de repente aceitar, ou me interditar e me prender de novo, que é o que eles fazem, simplesmente não aceitam a nota. O subsecretário de segurança Zottis disse: “Só tem ladrão interdita, interdita a empresa”. Só que eu tenho isso gravado em áudio dentro da minha empresa, eu tenho câmeras, isso foi um abuso de poder deles. Hoje de manhã eu fui na Prefeitura com um amigo meu, levá-lo, no Largo da Epatur, e teve operação da polícia, só que o subsecretário é uma pessoa mal educada, porque eu fui estacionar o meu veículo e cumprimentei alguns colegas da Prefeitura que estavam ali porque eu fui por três meses, todos os dias, na porta da Prefeitura implorar: eu preciso trabalhar, porque eu tenho um filho deficiente para comprar remédio, eu pago R\$ 3,5 mil de remédio por mês para o

meu filho e R\$ 5 mil de terapia, quem sabe o Estado me ajuda, porque até hoje nem com o remédio do meu filho conseguiram ajudar. Ou alguém aqui presente. Tanto que o delegado disse: “Não vou te prender porque isso não é ilícito”. E por que a minha empresa ficou interditada, por que o técnico da CEEE disse que era roubado, se o delegado presente não quis prender? Quando trocou o delegado da delegacia que é ali na Rua Ivo Corseul, 8ª DP, trocou o delegado e fui indiciado agora por roubo, por receptação. Por que na hora não fui indiciado? Por que trocou o delegado e eu fui indiciado? Eles chegam lá dentro da empresa da gente e simplesmente eles são donos. Minha empresa estava com o portão fechado, eu podia trabalhar lá dentro, chegaram e queriam entrar de qualquer jeito. Eu disse: “Ninguém vai entrar aqui na minha empresa”. A Brigada, que foi no dia da operação, pessoas educadas, eu autorizei a entrada. A Polícia Civil só ia entrar com o mandado ou na presença do meu advogado; a Guarda Municipal só ia entrar com a presença do meu advogado ou com mandado judicial, por que se a empresa está fechada, se não tem comércio, não está aberta, não têm o direito de entrar. E por que tentaram forçar a entrada ou me oprimir? Isso é vergonhoso, pouca gente tem coragem de falar isso aí. Quem sabe eu vou pagar um preço caro por estar falando isso, e sei que vou pagar. Meu pai foi um cara que foi muito marcado, o senhor conheceu o meu pai, Sr. Hilário de Conto, da De Conto Comércio de Metais da Av. Voluntários da Pátria, em frente ao prédio da Segurança Pública.

SR. LUIS FIRMINO: Não conheci seu pai e nem o senhor. É a primeira vez.

SR. HILÁRIO DE CONTO JÚNIOR: Eu não estou falando diretamente para o senhor, mas sim a todas as pessoas que estão aqui; eu tenho certeza de que 90% das pessoas que conheceram o meu pai, e ele era muito marcado por isso. O seu Ricardo era um que conhecia meu pai e era amigo do meu pai. Muitas vezes ele já foi a favor do meu pai em audiências que as empresas acusavam meu pai de comprar produto roubado, que não era, mas simplesmente a polícia chegava lá e dizia: “Ladrão, é roubado”. Tem a nota fiscal. “Não aceito. Prende

e prova para o juiz”. Infelizmente é assim hoje, meu amigo, e eu sei que eu vou pagar caro pelo que eu estou falando aqui.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Não, não vai pagar, não.

SR. HILÁRIO DE CONTO JÚNIOR: Aqui dentro é uma coisa, o mundo é outra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): A Comissão de Direitos Humanos está aqui para preservar os seus direitos.

SR. HILÁRIO DE CONTO JÚNIOR: Cara, meu filho é autista, eu não tinha dinheiro para comprar o remédio, eu fui na Prefeitura pedir: “Não tem, pede para o juiz”. Mas teve pessoas aqui dentro que me emprestaram o dinheiro para fazer isso. Nenhum órgão do Estado que fechou a minha empresa se preocupou em me ajudar. Corri em todos os órgãos, todos, tive que pagar uma multa de R\$ 10 mil sem ter dinheiro, para poder abrir a minha empresa por uma coisa que não era roubada e tinha nota fiscal, que foi comprada na empresa Plenobras, que é a maior empresa que vende esse tipo de material em todo o sul do País, não é no Rio Grande do Sul; eu fui lá, a empresa me deu um documento de que qualquer material de eletricidade que precise, pode ser vendido ao consumidor mediante pagamento; não querem saber quem é a pessoa. Tanto que o material que comprei, não foi colocado o CPF na nota. Nota ao consumidor: pagou, pegou o material e vai embora, eles não querem saber. Só que as empresas de telefonia, de energia, eles mesmos pegam e tentam vender para o ferro velho. Eles são os piores. Desculpa. Obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, meu velho. Com a palavra o Sr. Wagner Ignácio.

SR. WAGNER IGNÁCIO: Boa tarde a todos. Meu nome é Wagner Ignácio, eu sou da segunda geração de sucateiros, eu venho de uma empresa que hoje tem

36 anos, e já faz 5 que eu tenho a minha própria, que fica na cidade de Alvorada. Há mais ou menos uns 15 anos o meu pai, juntamente com esse cidadão aqui, o Ricardo, dono da Cobreal Sul, eles fizeram uma associação de sucateiros, então esse plano já vem sendo traçado, e eu vendo isso... Antigamente aconteciam os mesmos problemas, mais ou menos a mesma coisa, e eu ainda era criança, via meu pai nas reuniões, e eu cresci sabendo o que era certo e o que era errado na sucata, e eu concordo com o que o Ricardo falou, eu acho que essa parte de nós fazermos o correto só depende de nós; se nós continuarmos fazendo errado, a coisa não vai mudar. Então concordo que tem que partir de nós mesmos. Existem erros em batidas policiais, as autoridades se confundem algumas vezes, sim. As autoridades, pelo que eu vejo, não estão preparados muitas vezes para fazer aquela batida policial, chegar no estabelecimento. Então acaba que fica uma via de duas mãos, um diz que pode, outro diz que não pode, e acaba se confundindo. Então, eu sou um dos membros da associação, e, como todos nós, acabamos sendo marginalizados, e tudo que é gerado – essa mesa aqui veio de um reciclador –, existe a coleta seletiva, existe quem trabalha com o lixo, existe quem separa, mas quem investiu em máquina, para triturar o plástico foi o sucateiro, foi uma empresa de reciclagem; o cara que prensa a latinha e manda para a indústria é um sucateiro de metal; o cara que faz a apara de papel – do papel higiênico, por exemplo, para casa de todos nós –, é um sucateiro, ele não é a coleta seletiva, ele é o lixeiro, não é o caminhão do lixo. A própria coleta seletiva vende para um sucateiro, e esse sucateiro é o cara que investiu milhões em máquinas, e cada máquina – se vocês forem numa empresa verão isso –, cada máquina faz um tipo de produto; uma máquina tritura um papel de um jeito para fazer o papel higiênico, a outra faz o papel de um jeito para fazer o caderno; um exemplo, a empresa dele enrola o fio para fazer o fio pronto, o fio novo; o cara que faz o prego – o prego de aço que vai para Gerdau –, ele tritura numa máquina que é o sucateiro do ferro. Aí muitos falam: mas tu não tiveste problema com a polícia? Que nunca foi preso? Por que tu está lá? Eu estou lá porque eu sou sucateiro, eu sou reciclador e esse é o meu ramo, e como eu sustento a minha família. Só que já está chegando num negócio que já está

ficando insustentável; a gente chega para almoçar na casa da tua vó e ela diz: Estão prendendo sucateiro... Olha na televisão, é isso e aquilo; todo mundo está tentando parar... A polícia está agindo do jeito que ela pode; nós também. Então eu só acho que a gente tem que ter uma classe. Nós já temos a classe, estamos criando a Associação, precisamos nos unir. Olha o tamanho da força e de todo mundo aí. Nós temos bastante gente, e aqui são só alguns, são 42.000 como o André falou. Então nós precisamos nos unir e depende só de nós. Muito obrigado. (Palmas.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, Wagner. Como o delegado tem um compromisso e precisa sair, vou passar a palavra para ele.

SR. LUIS FIRMINO: Vereador, eu peço licença aos colegas, ao capitão Dalagnol, aos colegas da Guarda Municipal, para falar antes, pois realmente preciso ir embora, tenho um outro compromisso às 16 horas.

De uma maneira mais objetiva, vou trazer aqui algumas ideias que eu já conversei com alguns, com algumas pessoas aqui, que eu estive no estabelecimento e com o próprio Dr. Jailson. Nós estamos, realmente, num momento em que existe uma incerteza, a respeito da questão de qual é o cabo que pode, qual que não pode. Enfim, qual situação que pode, qual que não pode, então nós estamos num momento de incerteza. Nesse momento de incerteza, a minha sugestão, que eu passei para todos, para essas pessoas que eu mencionei e que agora passo para vocês e quem tiver qualquer dúvida, o meu gabinete está sempre aberto, lá, é só fazer contato e marcar um horário; eu sempre atendi a todos. Qual que é a minha sugestão? Aliás, hoje fui dar uma lida no Decreto, que é um decreto municipal que regulamentou essa lei que vocês trouxeram aqui para discussão. Eu penso que, como vocês trabalham na área de sucata, vocês já devem ter lido essa lei e esse decreto, porque, se a gente vai trabalhar com determinada matéria, eu vou dar uma lida e vou saber o que pode e o que não pode. Então vamos lá. Antes de ler isso aqui, qual foi a minha sugestão? Mantenha uma sequência lógica da compra do material. Só aí você

já está demonstrando a sua boa-fé. Mas podem dizer: Ah, mas às vezes num bag de 400 kg pode ter ali 2, 3 ou 6kg de um material furtado. Pode. Isso, às vezes não dá para ver na hora, não é isso, Sr. Hilário? A triagem não é feita na hora ali. E aí daqui a pouco chega fiscalização e pega vocês com aquele material ali no estoque. Não venham só com nota fiscal; nota fiscal a gente sabe como é que funciona. Não usa esse argumento, doutor, por favor. Porque, quando chega na mão da Polícia Civil, a gente vai analisar tudo. Eu estou com um caso lá em que o advogado me apresentou quatro notas, e as quatro notas frias; três frias e uma era verdadeira, só que não condizia com o material. Eu viajei à Caxias do Sul para interrogar a pessoa que emitiu aquela nota. O que tu vendeste? Vendi isso e isso... Vendeu para tal local? Vendi. O que tu vendeste? Vendi isso, isso e isso. Muito bem – eu apreendi isso daqui, é isso aqui que o senhor vendeu? De forma alguma. Então, assim, só o fato de ter uma nota fiscal não é garantia – não significa que ela é desnecessária. Os leilões que são feitos, como é que se explica vender? As empresas leiloarem por um preço acima do mercado, e as pessoas vão lá e compram. Qual que é o interesse? No material ou é na nota? Para depois utilizar essa nota. Então, assim pessoal, não é só o fato de ter a nota que vai justificar. Então, nesse momento, mantenha uma cadeia lógica daquele material que o senhor está mexendo. Se o senhor comprou 10 toneladas, deixe essas 10 toneladas num canto, não mistura com outra coisa, até o senhor fazer a triagem. Fez a tua triagem, está tudo certinho, sem problema, porque a hora que chega a fiscalização... Amigo, o que que é isso daqui? Ah, isso daí veio no *bag* tal que eu comprei a semana passada... Tu compraste de quem? Tá, tu compraste de quem isso daqui? Não sei, passou o caminhão aí na frente e me vendeu... Vocês são comerciantes, são empresários; micro, médio ou grandes, são empresários, têm que ser profissional, entendeu?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS FIRMINO: Eu vou lá, mesmo que o senhor não tenha me convidado, eu vou lá, porque eu interroguei o senhor e o senhor me falou uma coisa que

não condiz com a verdade. Eu vou lá olhar e vou eu vou verificar isso, e aí a gente conversa.

Enfim, então, assim, tentem manter isso, porque se os senhores conseguem dizer para um órgão, para um profissional que está fiscalizando, da onde veio aquilo que vocês compraram já é um indício da boa-fé dos senhores, já é um início da boa-fé, Sr. Hilário. Tem gente boa e gente ruim em todas as profissões Sr. Hilário, assim como tem recicladores bons, que eu acredito que são os senhores que estão aqui, como tem recicladores que não são. E são vários órgãos que fiscalizam, na verdade, a Polícia Civil e a Polícia Militar elas não são órgãos fiscalizadores, a nossa questão é segurança pública. A Polícia Civil vai investigar se realmente houve aquele crime ou não. Então, de forma objetiva, tentem manter a origem do material, inclusive isso está no decreto que exige que o material tenha alguns... Quando compra o material, ficam os estabelecimentos comerciais obrigados a manter documentação comprobatória da aquisição dos veículos desmanchados, no caso de veículos, documentação de alienação, documentação comprobatória das peças, blá-blá-blá, escrituração comercial de todas as vendas realizadas, isso de veículos, sucata de veículo. O responsável pelo estabelecimento comercial que receber material oriundo de doação ou inutilização deverá preencher um cadastro do doador de modo a permitir sua identificação e a do local de retirada do produto. Se eu estou de boa-fé, se eu sei que estou pegando algo que não é furtado, simples, eu faço o cadastro da pessoa e resolve. Se tiver alguma coisa escondida ali e vier uma fiscalização, eu digo que comprei do Fulano de Tal. Então não me parece tão difícil assim de resolver, e a penúltima observação que quero apontar para os senhores é o seguinte: fio queimado, não comprem fio queimado, evitem para não se incomodar. Eu ouvi: “Ah, delegado, uma casa pegou fogo, a fiação queimou e o cara vendeu na sucata.” É verdade. não tem problema, me mostra a ocorrência do incêndio a respeito da daquela casa que pegou fogo, está resolvido, acabou, não tem mais dúvida. E por que eu estou falando isso, pessoal? Os estabelecimentos, sejam pessoas jurídicas ou pessoas físicas, que comercializarem cobre queimado sem a comprovação da origem dos materiais

ficarão sujeitos a sanções previstas no artigo 7º da Lei 13.151 de 2022 do Município de Porto Alegre, são sanções administrativas. Então, não me parece tão difícil de a gente já começar a resolver, aliás, o motivo pelo qual eu fiz questão de vir aqui é justamente para tentar auxiliar nesse processo, para a gente separar o joio do trigo, porque é interesse de todos, é interesse de vocês que vão trabalhar em paz, é interesse da Polícia Civil que vai poder se debruçar sobre outros delitos que também assolam a comunidade e a sociedade, assim como também a Polícia Militar que também tem uma gama gigantesca de coisas para atender, para tentar a sociedade. Sr. Hilário, com relação aos abusos, eles acontecem, infelizmente acontecem. No caso a Polícia Civil existe a Corregedoria da Polícia Civil, e no caso da Polícia Militar existe a Corregedoria da Polícia Militar, na Guarda Municipal talvez tenha uma ouvidoria, enfim.

SR. HILÁRIO DE COUTO JÚNIOR: Faz três meses que estou com a empresa interditada tentando falar com o subsecretário, ele não atende. Encontrei ele hoje na rua e ele disse: “Tu queres conversar comigo, liga para o meu secretário.”

SR. LUIS FIRMINO: Sr. Hilário, eu vou lhe dar uma sugestão, converse com um advogado. O advogado vai orientá-lo.

SR. HILÁRIO DE COUTO JÚNIOR: Eu já tentei marcar, o advogado tentou marcar e ele não conversa com as pessoas.

SR. LUIS FIRMINO: É isso. Vou concluir, me colocando à disposição de todos que tenham qualquer dúvida, que queiram conversar comigo, a porta do meu gabinete está aberta, fica lá no DEIC, DRCP, Delegacia de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio das Empresas Concessionárias e Serviços Delegados. Liguem para lá, marquem um horário, porque é corrido. O Dr. Jaílson viu lá como é, às vezes a gente sai de lá às 22h, meia-noite, eu vou ter o maior prazer de atender os senhores, se vierem, com a mesma vontade que eu tenho de encontrar uma solução para o problema. Muito obrigado.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, delegado. Quero registrar a presença do Ver. Cassiá Carpes que já foi Presidente desta Comissão. Quero ouvir também o subsecretário de Segurança, o Major Gelson.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: O delegado falou que veio de livre e espontânea vontade e eu quero deixar consignado justamente isso, o delegado não foi convocado para estar aqui, o delegado foi convidado e está aqui para abrir o debate, e é o motivo pelo qual eu agradeço a sua presença e vamos seguir amadurecendo o debate e vamos evoluir nessa temática.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado. Quero registrar para vocês também que ninguém aqui quer fazer uma caça às bruxas, nós queremos, daqui por diante, dar mais segurança jurídica para os recicladores poderem trabalhar, dar mais tranquilidade. O papel aqui da Câmara de Vereadores é fazer a interlocução entre o poder público e os profissionais recicladores. Eu vou tomar a liberdade de passar a palavra aqui para o subsecretário de Segurança Município.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Sou da Reserva da Brigada e hoje atuo como secretário adjunto de Segurança. Somos três, o Aragon, que é o titular, eu sou o administrativo e o Zottis é o operacional. Então, primeiro, nós temos que diferenciar a questão, até mesmo por ter feito parte do Detran, da Operação Desmanche. Eu era responsável pela Operação e fizemos várias operações, participei inclusive pelo interior, em Aceguá, a metade da cidade veio dentro das carretas do Gerdau e foi para destruição. Nós temos que entender também algumas coisas, quando a pessoa é lesada, é claro, ela pensa em si. Mas é assim, a coisa nossa é organizada, isto é, eu vou lá e notifico e depois não sou eu que decido. Então não é o secretário Zottis que vai ouvir, existe uma coisa chamada comissão julgante que trata do assunto após o ocorrido, as notificações. Tudo o que aconteceu nos estabelecimentos de vocês vem e vocês têm 30 dias para recorrer, e quem decide é uma comissão, e o trato, tu podes,

todas as alegações de defesa tuas tu vais anexar, e vai ser respondido por uma procuradora e mais um conjunto de pessoas. Não é mais o Zottis, não é o Gelson. Primeiro, quero dizer que, para mim, é um prazer e eu venho agradecer aos vereadores, como um todo, que têm... Inclusive, para vocês terem conhecimento, existe nesta Casa uma legislação que está circulando relativa à questão furto, fios, cabos, e por aí nós vamos. Aqui nós estamos discutindo fios, só que nós vamos muito além. Hoje se rouba até o trinco da porta, certo? E trinco da porta que muitos, eu creio que não tem nenhum aqui, compram. Materiais da Prefeitura, foram colocados 16 postes na Redenção, que duraram dois dias. Deitaram, roubaram, e nós encontramos, nas operações, dentro de estabelecimentos. Vai aqui o meu elogio, ele não está aqui também, para o Jailson, que falou com propriedade, e eu não podia falar mais nada, ele falou tudo. A gente sabe, nós conhecemos, o balançar da cabeça do senhor ali me diz que eu estou falando, que ele concorda comigo, nós sabemos quando nós estamos comprando material ilícito. Outra coisa, doutor, as empresas da Equatorial, vamos procurar entender, elas estão sendo notificadas pela fiscalização da Prefeitura com relação aos fios pendurados na via pública. E não é um, não são dois os vereadores que cobram esse material através de pedidos de providências, pedidos de informações, caem em mim, e eu respondo vários, eu tenho que responder vários, porque as empresas têm que recolher os fios que estão pendurados nos postes, aí nós vamos. As empresas têm que fazer esse serviço, mas elas locam para a empresa de telefonia, elas locam para a empresa de não sei o quê. Tem aqueles que vêm com o “gato”, as empresas também que não são os “gatonets” por aí esticam e ocupam o fio. O problema é deles. Nós estamos indo, e tem fotos, eu o convido a ir na Secretaria de Segurança, porque nós somos assim, nós somos abertos, não é, Bobadra? Nós somos abertos e nós trazemos, e aqui está o nosso subcomandante da Guarda Municipal também, que nós andamos, e só não está aqui o pessoal da fiscalização, o nome dela é Lorecinda, a diretora-geral, porque ela está em outra. E me perdoem até, eu cheguei atrasado, Marcelo, porque eu estava também em outra atividade. A gente é porta aberta. Se a gente tem que dizer um não, a gente

diz o não, mas diz o não sentadinho, olhando e o porquê. O direito da resposta vocês todos têm, não tem, nesta Prefeitura... Eu vou falar que o prefeito nos cobra muito é o atendimento, e, principalmente porque vocês trazem renda para o Município, vocês trazem emprego, vocês dão comida no prato de muita gente. Quando a gente sai todos os dias, pessoal, todos os dias tem fiscalização. Agora, quando o senhor diz que trabalha de porta fechada, tem que ver o alvará dele se ele pode fazer isso. Se ele está fechado, ele tem que estar fechado, porque tem muitos que, à meia-noite, uma hora, estão funcionando, e esses estragam a imagem daqueles que trabalham com suor, que têm que sustentar.

Uma das coisas, o Marcelo é um defensor da questão do autismo, que a gente enfrenta e sabe o que é ser pai e ter um filho com problema. O Marcelo e outros tantos, o Bobadra, o Ver. Cassiá sabem que, nesta Mesa aqui, quantas vezes se falou no problema do autista. E não é só do autista. Agora foi lá na Bento Gonçalves inaugurado um espaço fenomenal para esse tipo de coisa, e a gente, tudo que o senhor precisar, o senhor tem aqui parceiros para esse problema que o senhor enfrenta. A gente não senta no seu lugar, porque ninguém vai sentar, ninguém quer sentar no seu lugar por causa desse problema.

Voltando para a questão dos fios e cabos, vocês veem que, na Ipiranga, na cara de todo o mundo, que, na frente da rodoviária, na cara de todo o mundo, o cara está ali para comprar. Vocês sabem muito bem para que, pessoal. Eu cuido todos os dias a Voluntários da Pátria, a Brigada tem câmeras, nós apreendemos o cara 56 vezes, e ele está na rua. Por quê? Porque a legislação... Aquilo que o delegado Firmino falou, ele tem, ele roubou um metro de fio, ele vai chegar lá e o delegado vai enquadrar ele por um metro de fio que deixou a metade da cidade sem água, que deixou hospitais com crianças que precisam, com tudo ali, sem os aparelhos, mas é um metro de fio. Aí tu vê, no Fantástico, essa reportagem de caminhões indo para São Paulo, de caminhões indo para Minas Gerais. Eu volto a dizer: vocês sabem, e, mais uma vez, eu falo na figura do Ricardo, que tu foste fora de série, tu falaste tudo, nós não precisávamos falar. Eu acho que, se tu falasses para eles tudo o que tu disseste... É isso, a gente sabe quem vai lá vender para sair dali, muitas vezes, e vai comprar pedra. A Vila Santa

Terezinha nasceu muito bem, hoje, nós temos uma gama de pessoas que são encontradas fumando pedra ali. Vocês sabem, eu não vou dizer. Vocês me desculpem, eu tenho outra agenda na secretaria, o Frank é o nosso subcomandante, o Frank tem conhecimento, o Frank consegue sanar todas as dúvidas de vocês, mas também nós trabalhamos em parceria com todos os órgãos, e nesses órgãos, muitas vezes, a gente leva a empresa, justamente porque nós não temos a qualificação. Daí chama a empresa, assim como existem muitos, ou nós já pegamos vários “gatos” de água, “gatos” de luz, então nós carregamos também o pessoal da CEEE, o pessoal... Muito obrigado, deixo aqui o nosso telefone, está aqui. Por mais que vá ali, não é o Zottis a partir de agora, é ele que faz a fiscalização, é o pessoal da fiscalização que faz as autuações, e tu tens direito a ir. Então, eu te digo o seguinte: eu vou te deixar o meu cartão, tu vais lá, e a gente vai ver o teu caso, porque cada um aqui tem um caso. Eu faço parte dos fóruns de segurança pública, e é isso mesmo, a gente vem para cá para levar pau, viu? Ninguém vem para cá, eu não venho para cá para ser elogiado, porque, se tudo estivesse às mil maravilhas, eu não estaria aqui. Eu vou deixar o meu contato contigo, no que a gente puder ajudar, cara, não vamos tirar coisa, se tu estiveres errado...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. GELSON LUIZ GUARDA: O Zottis te notificou? Não, não foi o Zottis, foi a fiscalização. Não é ele, é a comissão julgante que vai analisar o teu problema.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Vamos segurar um pouquinho? O major Gelson vai ter um compromisso agora, eu já passo a palavra pra os recicladores. A Guarda quer falar antes? (Pausa.) O Sr. Jaílson está com a palavra.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Major Gelson, por gentileza, se o senhor puder aguardar um minutinho. Essa lei municipal a que todos se referiram, a Lei nº 13.151, não desmerecendo os demais, mas convido o pessoal que domina direito, que é estudante de direito, que cursou a academia, para que leia a lei, porque a lei fala, por exemplo, que é proibida a venda de hastes de metal, bateria estacionária. Nós não podemos ficar nos valendo de um dispositivo legal com muitas falhas, falando como se ele fosse um exemplo. Não! Não podemos! Eu faço a leitura para vocês: “V – hastes confeccionadas com cobre ou alumínio”. Eu fiquei imaginando o que é isso? Aí eu pensei: eles devem estar falando daquela haste de metal de postes ou de placas de sinalização. Mas aquilo é de ferro galvanizado – o pessoal da sucata que me falou. Antes de o senhor ir...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Eu vou continuar aqui. Como o senhor disse que as portas estão todas abertas, e conhecendo um pouquinho de como funciona o poder público, tentei por diversas vezes bater à porta do poder público e não recebi uma resposta para uma reunião – antes de nós conversamos com o senhor aqui. O que nós fizemos? Protocolamos ofícios em cada órgão público para abrir o debate antes de vir aqui na Casa do Povo. No dia 8 de maio eu falei com a Paula Lopes, o senhor conhece? Protocolo um ofício com ela e não recebi resposta. No dia 8 de maio também protocolei um ofício na Secretaria Estadual de Segurança Pública, não sabia que tinha mudado o prédio, está onde era o Foro do 4º Distrito, entreguei protocolo; entreguei na DRCP também. Eu provoquei o poder público antes de vir aqui à Casa do Povo para que tome uma providência. Então, os pedidos foram feitos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Eu falei como ele também, na passada, no dia em que eu protocolei, eu apertei a mão do coronel Aragon. Tentei contato com o coronel Bortoluzzi e todos os demais.

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Agora, major, nós já iniciamos o debate na Casa do Povo, que vai demandar e solicitar aos órgãos para que venham ao debate.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: A demanda, era só conversar; essa conversa que está havendo hoje.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: A legislação vai partir da Casa do Povo.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Acho que a fala do major Gelson é coerente, peço que o senhor atenda esse ofício, o senhor tirou foto, não é? Vamos trabalhar *stricto sensu* também esse ofício nas outras... Vamos dar...

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Seguindo essa temática, eu vou entregar o ofício para o presidente da Comissão, com todas as informações que eu passei aqui, as reivindicações estão por escrito, encaminhando para os senhores.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Quero deixar claro que nós protocolamos aqui na Câmara Municipal a frente parlamentar dos recicladores. Então, daqui por diante esse tema será pertinente e contínuo aqui na Câmara Municipal, nós vamos receber vocês continuamente, vamos conversar, vamos

debater, vamos ajudar, vamos auxiliar nesse tema tão importante e complexo para a cidade.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Não posso deixar passar, porque foi provocado por vocês, de chamar as concessionárias também para o debate. Vamos correr atrás, vamos oficializar, só que para agora, antes do recesso, nós não temos mais agenda, mas me comprometo com vocês para que a gente faça, posteriormente, com o Judiciário, o Ministério Público, as concessionárias, para a gente, novamente, levantar esse debate.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): A gente pode fazer isso tanto pela Comissão quando pela frente parlamentar dos recicladores. Vou passar a palavra para a Guarda Municipal.

SR. FRANKLIN DOS SANTOS FILHO: Boa tarde senhoras e senhores, sou subcomandante da Guarda Municipal. Como já foi dito aqui, são milhares de recicladores, milhares de estabelecimentos e recicladores que trabalham com essa matéria, e uma fração bem importante deste número no município de Porto Alegre. Como bem já explanou o delegado na questão técnica de quem efetivamente lavra o flagrante, só são apresentadas, por parte da Guarda Municipal, nas delegacias de polícia ou na delegacia comandada pelo delegado, pessoas que, daquela fração de estabelecimentos em que a guarda participou de algum tipo de fiscalização, ou na consulta dos dados pessoais tinha um mandado de busca em seu desfavor, ou porque se encontrou nesses estabelecimentos peças de veículos em relação de furto ou roubo, ou porque agiram em desacato com algum dos agentes públicos que estavam ali, ou porque foi encontrado algum produto que dava indício de que poderia ter uma origem ilícita.

Com relação à conduta dos guardas municipais que eventualmente possam ter agido em excesso em uma dessas ações, nós temos uma ouvidoria e uma corregedoria bastante atuantes que apuram. Lá no comando da Guarda, usando

um jargão popular, não sentamos em cima das denúncias, até porque o nosso treinamento, a nossa formação, entre outros aspectos, é pautada em dois pilares: técnica e legalidade. No pilar da legalidade, uma das coisas que nós pautamos muito é a lei do abuso de autoridade que não permite, por exemplo, que imagens de pessoas sejam divulgadas sob pena de a gente estar cometendo algum tipo de excesso. Ratifico o nosso compromisso com a técnica e com a legalidade, e seguimos à disposição.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado subcomandante da Guarda Municipal. Só reforçando que o corregedor e o ouvidor-geral da Segurança passaram aqui pela Comissão de Direitos Humanos e Segurança. Não menos importante, vamos ouvir a nossa Brigada Militar, através do capitão Dall'Agnol, do 9º Batalhão.

SR. MARCELO DALL'AGNOL: Boa tarde a todos, senhoras e senhores, atualmente estou servindo no 9ª Batalhão de Polícia Militar, que é a unidade da Brigada Militar responsável pelo policiamento ostensivo da área central da nossa capital; agradeço de antemão o convite dos vereadores, das senhoras e dos senhores, e reconheço a importância do trabalho dos senhores, com certeza há uma grande importância social e ambiental. Gostaria, antes de tudo, de ratificar que estamos do mesmo lado; apesar de eu sentir o doutor talvez com uma fala um pouco hostil, respeito, estamos aqui do mesmo lado para trabalhar em prol desse problema social que aflige nosso Estado, nosso País, enfim, e chegar a um algum consenso para melhorar tanto a parte dos senhores quanto o nosso serviço. A Brigada e os outros segurança pública aqui presentes estão preocupados, digamos assim, com a segurança pública, com a parte da segurança pública, o que seria isso? Com os crimes oriundos de furtos e roubos de fios e cabos. Só pra deixar registrado aqui: no mês de maio deste ano tivemos 33 ocorrências envolvendo furtos de fios e cabos somente na área central do 9º Batalhão – eu falo pelo 9º Batalhão, as outras unidades da Brigada, eu confesso que não sei. Então, 33 ocorrências, muitas dessas, furtos de fios de semáforos,

atrapalha o trânsito; cabos de luz, enfim, os senhores sabem melhor do que eu a rotina do crime. E não podemos deixar de observar que, querendo ou não, esses produtos oriundos do crime vão parar em algum lugar, e a resposta da Segurança Pública justamente é essa, é tentar inibir os maus empresários, digamos assim, aquelas pessoas que não são, com certeza, os senhores que estão aqui, que nos procuraram enfim. Inibir esses maus empresários que atrapalham justamente a vida dos senhores.

Com relação às operações, doutor, eu posso falar ao senhor, por experiência pessoal minha, já participei de várias operações – não sei se alguém aqui lembra de mim em algumas delas – e não tive nenhuma reclamação por parte dos empresários. Muito pelo contrário, foram sempre muito solícitos, sempre tentando ajudar os órgãos de Segurança Pública. Para ser breve e objetivo aqui, me coloco à disposição dos senhores.

Eu falo pelo comando do 9º BPM, aqui a minha fala não é institucional, é importante frisar isso. Fica a sugestão da Câmara, enfim, eu também vou repassar essa demanda para que venha, digamos assim, uma autoridade que possa falar pela instituição, eu infelizmente não tenho essa procuração. Mas o que eu posso falar é dessas experiências pessoais que eu tenho nessas operações de fiscalizações, enfim, essas operações que visam coibir a recepção desse produto oriundo do crime. Para finalizar, então, agradeço aos vereadores, me coloco à disposição de todos. Eventuais questionamentos por parte da nossa atuação, como bem falaram os outros colegas da Segurança Pública, a nossa atuação é sempre pautada na legalidade. Porém, não está aquém de certos questionamentos; para isso, temos o nosso canal técnico, a nossa Corregedoria que está aberta a todos os senhores para, enfim, se assim entenderem que o 9º Batalhão tenha atuado de alguma forma que não seja dentro da legalidade.

Dito isso, me coloco à disposição. Quero passar o meu contato ao senhor para tentar manter esse diálogo, enfim, umas outras reuniões ou tentativas para que possamos sempre melhorar a vida de todos, dos senhores e do nosso serviço

para tentar diminuir esse indicador criminal que tanto aflige a nossa cidade. Era isso, vereador, muito obrigado pela atenção de todos.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, capitão Marcelo Dall'Agnol. O 9º Batalhão é responsável pelo policiamento da região central da Cidade. Eu já fui do 9º Batalhão há 20 anos, é um trabalho importante. Reforçar para vocês aqui, não é caça às bruxas, nós queremos que, daqui por diante, nós tenhamos parcimônia nas abordagens, que nós tenhamos a contribuição dos empresários, que nós possamos chegar a um senso comum aqui, e que possamos elaborar um procedimento padrão para essas questões que envolvem a reciclagem. Pode ser por meio da nossa comissão ou da Frente Parlamentar Municipal dos Recicladores.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde a todos, desculpem, eu me atrasei um pouquinho, porque estava na representando a Câmara na posse do novo procurador do Estado aqui pertinho, por isso vim até a pé. Mas cheguei e ainda deu para entender o procedimento. Eu quero falar com o Jaílson. Jaílson, a lei é feita aqui, mas quem regulamenta, quem termina esse processo é o Executivo. Se tu tiveres alguma adversidade ou algum detalhe que a gente possa alterar, podemos dialogar. A própria comissão pode encaminhar por aqui um acoplamento ao projeto para melhorar o texto, que é mais ou menos o que referiste, por que o governo sanciona e depois regulamenta. Existem alguns casos que são autorregulamentados, a lei praticamente por si só já é regulamentada. Então eu acho que, no que tu falaste, dá para a gente pensar em conjunto. Faz um resumo daquilo que tu discordaste, como disseste para nós aqui, e vamos ver se a gente consegue ajudar. A gente, da comissão, falar com o governo, tu podes ir junto depois, para a gente dizer: “Olha, vamos regulamentar melhor, vamos dar uma modificada aqui na lei”. Assim como tem nesta Casa revogação de lei, tem umas em que a gente pode agregar outros detalhes que, porventura, naquela oportunidade não surgiram. Como vocês são

do dia a dia, vocês sabem, às vezes, até melhor. A lei pode ser boa, mas vocês querem aprimorar mais ainda, melhorar mais ainda. Então, é nesse sentido que quer dizer que a comissão se coloca à disposição de vocês. Está bem?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Inclusive, tu colocaste muito bem, Cassiá, que nós já estamos recebendo. Vocês não são os primeiros que já nos procuraram para fazer esses ajustes na lei, porque as leis são feitas e, por meio de vocês, desse movimento popular, desse movimento de vocês, que a gente pode estar alterando por meio dos vereadores aqui, que é uma necessidade real. Nós estamos aqui debatendo um tema importante da vida de vocês, então, dos bons trabalhadores, dos bons profissionais que querem trabalhar de forma correta e de forma tranquila para que não sejam tidos como os maus e sim como os bons. Então é nesse momento em que a gente já está debatendo, já tem debates nesta Câmara referentes a algumas mudanças. Têm algumas coisas ali que realmente não estão bem certas, enfim, mas, por meio de vocês hoje, está sendo muito importante essa vinda de vocês aqui nesta comissão. Porque, a partir daí, a gente, sim, vai conseguir levar aos outros vereadores para que a gente possa estar debatendo e fazendo o que é melhor para vocês; não para nós. Eu quero deixar claro para vocês, nós estamos aqui para debater o que for melhor para vocês e não questão dos vereadores aqui.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, Marcelo. O Sr. André Rolim está com a palavra para fazer suas considerações finais.

SR. ANDRÉ ROLIM: Ver. Cassiá, foi muito bem colocada essa questão da legislação municipal. E eu percebi porque que, neste momento, a gente tem várias divergências principalmente entre o Estado e o Município, e a minha sugestão é que a Câmara ofereça uma parceria junto com o Estado, que exista uma lei única, em que os dois poderes – tanto o Estado, quanto o Município – falem a mesma língua. Então, temos que ter um acordo entre os órgãos para que a gente possa ter uma mesma linguagem. Eu percebo hoje muita dificuldade

porque cada um tem – dentro da sua propriedade, do seu conhecimento – a sua verdade. Ou seja, o delegado tem a verdade dele, o capitão Dall’Agnol tem a dele, o municipal tem a dele; a gente quer que esses órgãos trabalhem em conjunto, esse é o nosso sentimento hoje.

Agradeço também a todos que estiveram aqui, todas as pessoas, todos os familiares, todos os pais, porque essa causa não para aqui, nós vamos com essa causa até o final, para que seja bem atendida por todos.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu só queria analisar – e o advogado sabe – que uma lei municipal não se sobrepõe a uma lei estadual. Há uma hierarquia: lei federal, estadual e municipal. Elas não se sobrepõem, mas tudo é possível porque nós estamos fazendo uma lei municipal. Isso não impede que nós façamos a lei municipal, mas o que eu estou suscitando para vocês é que nós possamos nos entender, melhorar a lei. Exatamente esse é o objetivo desta comissão. Obrigado.

SR. ISMAEL VARGAS: Eu sou empresário da área de plásticos, vim aqui para conhecer o assunto dessa parte de segurança que envolve os cabos e os ferros. No nosso município, a gente está tendo um problema de... a legislação de Porto Alegre não abrange a região metropolitana; Alvorada sequer tem uma legislação. Então a gente precisava ter um debate para que isso chegasse nos municípios metropolitanos, e sobre a moagem do fio que vai substituir a queima que é feita; a moagem tem um custo muito alto para legalização da moagem do fio; a gente precisa usar água e algum produto para fazer a decantação do cobre e do plástico; essa moagem do fio é inviável. Hoje, com a legislação, a indústria vem de baixo, ela começa com pessoas sem qualificação, como eu, e a gente vem comprando maquinário e vai adquirindo conhecimento, e a gente vai crescendo e vai subindo. A indústria nasce ali; a indústria do cobre, a informação não chega para a gente. Então a gente não tem legislação para tratamento de água, legislação para moagem, instalação dessa moagem dentro da cidade; se vai transportar, a gente não sabe nem a nota fiscal que dá para usar. O descarte de

resíduo que é gerado na reciclagem, também, a gente não tem legislação. O município de Alvorada não tem nenhum ecoponto ou um lugar que a gente possa colocar o nosso resíduo, ou a gente paga para o lixeiro levar, que é um crime, ou a gente descarta irregularmente. Então a moagem do plástico vem junto com o Detran, por quê? Do material ferroso vai sair painel, vai sair eletrônicos também, tem bastante na parte do carro, BS, ABS, PP, são materiais plásticos que vão ser reciclados e moídos; geralmente vai ser irregular, porque a gente não tem uma indústria qualificada em Alvorada, a gente não tem em Canoas; à grande indústria não interessa, não é lucrativo; os pequenos estão fazendo, e a baixo custo, mal instalados, e isso está sendo feito dessa forma. A gente não quer investir em máquina e trabalhar irregularmente; a gente quer investir, ter uma pequena indústria de baixo impacto legalmente; a gente quer vender para Santa Catarina e Paraná, com a nota fiscal direitinho. A gente quer trabalhar certo, mas a legislação é um pouco difícil, e o acesso a ela. A gente precisava do Senai para qualificar um pouco esse pessoal. A gente é uma indústria. O processo de reciclagem é uma indústria, é industrial; prensar o material é um processo industrial. O Senai nunca foi visitar ninguém. Então a gente precisava do sistema S, precisava de qualificação para a questão fiscal, para a questão burocrática também, a questão de alvará é muito difícil. Além do ferro e do cobre tem a parte de plásticos que vêm com placa de veículo. Tem alguns casos em Alvorada; a gente recebe o material plástico do painel do carro, recebe o material plástico do para-choque, vem com uma placa; o lote todo é coletado; todo o lote de plástico é destinado para outro fim, para uma empresa qualificada fazer esse processo. Então era sobre esses pontos; a legislação, que ela abrangesse a Região Metropolitana; a questão do resíduo, que não foi falado, mas eu acho que cabe; e a questão de facilitar a industrialização ali dentro do município; indústria de baixo impacto dentro da cidade, não numa zona industrial. Só esses pontos que eu queria passar. Obrigado.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado. Uma salva de palmas para o colega. (Palmas.) É a primeira reunião que estamos fazendo, uma reunião

pública aqui na Câmara de Vereadores sobre esse tema que é tão importante. É o início de um trabalho; a gente vai acompanhar vocês; fica a sugestão aqui desta comissão, não só do Ver. Cassiá, do Marcelo, do Bobadra, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana para que vocês possam trazer alternativas, sugestões para talvez alteração na própria legislação municipal. Nós somos vereadores de Porto Alegre, e neste momento nós não podemos trabalhar com a alteração da legislação estadual e federal, isso é óbvio, mas dentro do âmbito do município nós podemos sim, então estamos aguardando sugestões de vocês. Eu acho essa interlocução, junto com a Secretaria de Segurança é importante, ela pode ser talvez, pelo major Gelson, que é bem receptivo, ele disse para vocês que tem uma comissão que organiza, verifica e julga os procedimentos administrativos; postei o telefone dele. Eu acho que já é o início. O 9º batalhão se colocou à disposição, a Guarda Municipal também; olha, vocês saem daqui maiores do que quando vocês entraram, e certamente pode ter diminuído um pouco o preconceito ou o paradigma negativo injusto que era feita a uma profissão importante como a de vocês. Então eu reforço aqui que a nossa comissão está à disposição; é o início do trabalho; nós, certamente vamos chamar vocês de novo aqui, e esperamos que daqui por diante, não é Ver. Conselheiro Marcelo, haja parcimônia do Poder Executivo no que tange à fiscalização, à apreensão de material. Eu acho que vocês agora estão melhor orientados também; esta comissão está à disposição, é a primeira reunião; nós lançamos aqui a frente parlamentar dos recicladores do Município, estão todos convidados a participarem desta comissão; vamos fazer outras regiões, e esse é o processo.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Eu quero agradecê-los, agradecê-los pela acolhida, agradecê-los por terem ouvido o pessoal, que até então eram invisíveis, vocês têm que entender justamente isso; os recicladores eram invisíveis e hoje não são mais invisíveis, estão sendo ouvidos, e nem precisamos mais gritar, estão nos ouvindo, e nós vamos continuar a bater na porta do poder público, do Legislativo Municipal, tentando evoluir nesse debate, e inclusive os

outros colegas de outros municípios nós vamos nos valer do conhecimento dos senhores para daqui a pouco levantar o telefone e falar com o vereador do outro município...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: E daqui a pouco Porto Alegre vira um exemplo nessa questão do meio ambiente, na questão da reciclagem, porque está nas nossas mãos fazer isso. Eu agradeço imensamente aos vereadores que nos oportunizaram esta tarde.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Eu o convido também, doutor, e a todos, para o senhor fazer a entrega do documento ao presidente e aos demais vereadores da comissão, para fazermos uma grande foto ali, com vocês entregando o documento para nós, para vocês poderem também fazer constar, até para registrar para vocês desse dia de hoje que para nós também foi de grande valia, e com certeza vocês não precisam aqui pedir licença para entrar, as portas aqui desta Casa, enquanto nós, eu, na presidência, junto com os demais vereadores aqui, que fizemos várias pautas, não é Cassiá, a comissão foi citada há pouco tempo pelo major Gelson da comissão referente ao espectro autista. Então já fizemos mais de cinco reuniões, porque é um direito, nós não estamos aqui fazendo nenhum favor. Então é nesse sentido que também quero agradecer ao colega Cassiá, ao colega Bobadra, aos demais colegas que tiveram que sair, mas que também prontamente esta comissão estará aqui à disposição de vocês, com a Brigada Militar também na pessoa do meu xará, o Marcelo, também o nosso amigo da Guarda Municipal também sempre presente. Então é nesse sentido que a gente quer trabalhar; fazer da forma correta e da forma transparente, porque hoje tivemos transparência aqui em tudo que aconteceu, e é isso que vocês precisam ter; saber a verdade. Então é nesse sentido que a gente está trabalhando.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Pessoal, para concluir aqui; eu, como proponente desta reunião, quero agradecer a presença de todos vocês pela coragem, pela organização de poder montar aqui o *slide*, uma apresentação certamente que nós queremos ter acesso a esse material aqui; daqui por diante vai ser um novo momento para a reciclagem em Porto Alegre; vão sim ter orgulho do que vocês fazem pela cidade. Então, muito obrigado pela participação de todos vocês, e reforço aqui o convite do Ver. Marcelo, para que, ao finalizar aqui, possamos fazer uma grande foto ao final, e peço para vocês, para finalizar a reunião, uma salva de palmas para vocês, porque merecem. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h24min.)

TEXTOS SEM REVISÃO